



Marconi se diz vítima e nega envolvimento com Cachoeira

Pedro Franco/Agência Senado



O governador Marconi Perillo conversa com seu advogado enquanto o senador Vital do Rêgo fala aos integrantes da CPI

Aos parlamentares da CPI, governador de Goiás se disse inocente das acusações de que teria beneficiado o grupo do contraventor e a construtora Delta

Num depoimento que durou mais de oito horas, o governador de Goiás, Marconi Perillo, negou ter relações com o contraventor Carlinhos Cachoeira. Ele afirmou que nunca recebeu telefonema do contraventor.

Marconi Perillo alegou ter vendido “de forma legal e de boa-fé” ao ex-vereador goiano Wladimir Garcez a casa onde Cachoeira foi preso. Hoje, a comissão ouve o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz. **3**

Documento digital passa a valer tanto quanto o original em papel

Projeto aprovado ontem possibilitará economia às empresas e contribuirá para o meio ambiente. **8**

Comissão que analisa Código Florestal inicia trabalhos 8

Indicações de nomes para o TST serão analisadas pelo Plenário 6



Reunião de líderes presidida por José Sarney (E) definiu as votações prioritárias do Senado até o fim do semestre

Líderes decidem priorizar votação sobre fim do voto secreto

Três propostas de emenda à Constituição sobre voto aberto entram na pauta do Plenário para votação após a Rio+20. Comércio eletrônico também é prioridade. **2**

Projeto destina 80% dos royalties do petróleo para a educação 5

Inácio fala na Comissão de Educação, onde Bauer(E) relatou projeto de Cristovam (D)



Pedro Franco/Agência Senado

José Cruz/Agência Senado



Tombini prevê quedas da inadimplência e da inflação 7

Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, fala à CAE, presidida por Delcídio do Amaral

Mais controle sobre projetos financiados via Lei Rouanet 4



Paulo Paim (C) preside na Comissão de Direitos Humanos audiência pública em que foram criticadas as barreiras que limitam a exportação ao país vizinho

Indústria gaúcha cobra ação contra Argentina 6

Voto aberto e comércio eletrônico têm prioridade

Reunião de líderes define propostas de emenda à Constituição que devem ser votadas em Plenário ainda no primeiro semestre. As votações devem ocorrer após a realização da Rio+20

O SENADO DEVE priorizar a votação das propostas de emenda à Constituição (PECs) que tratam do comércio eletrônico e do fim do voto secreto. A informação foi dada ontem pelo líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), após reunião de líderes.

— Queremos viabilizar uma pauta que conclua o primeiro semestre do Senado — afirmou o senador.

Segundo Braga, as três PECs que acabam com o voto secreto no Congresso (38/04, 50/06 e 86/07) serão levadas ao Plenário porque não houve consenso sobre uma PEC específica.

Ele considera pouco provável que alguma delas seja aprovada antes da votação em

Plenário do processo contra Demóstenes Torres (sem partido-GO).

Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), o voto aberto deve ser decidido em primeiro turno logo após a Rio+20, que começa hoje e vai até o dia 22. Ele lembrou que 24 senadores participaram do evento e dificilmente haverá quórum na próxima semana.

O líder do PT, Walter Pinheiro (BA), acha que a PEC 86/07, que propõe voto aberto no caso de cassação de mandato, é a que tem mais chance de prosperar.

Na questão do comércio eletrônico, a PEC 103/11, de Delcídio do Amaral (PT-MS), tem acordo para ser votada em Plenário, segundo Braga. Para

Pinheiro, a medida vai promover distribuição da riqueza. Ele informou que o comércio eletrônico movimentou R\$ 20 bilhões ano passado e pode atingir R\$ 28 bilhões em 2012.

De acordo com Braga, a MP 568/12, que altera a estrutura de remuneração de várias carreiras de servidores, deverá sofrer ajustes na comissão de admissibilidade antes de ser votada em Plenário.

Isso evitará a redução de até 50% dos salários de categorias como médicos e professores, por exemplo.

O texto vai retomar a condição do contrato de 20 horas, com opção pelas 40 horas. Nesse caso, disse Braga, o valor do salário básico será dobrado.

“Farsa foi desmontada”, afirma Inácio sobre arquivamento de processo contra ex-ministro

A Comissão de Ética Pública da Presidência da República decidiu arquivar o processo contra o ex-ministro do Esporte Orlando Silva que havia sido aberto em 2011 para investigar acusações de desvio de dinheiro público no ministério.

A informação foi dada, no Plenário, por Inácio Arruda (PCdoB-CE), correligionário do ministro. Para o senador, esse foi o primeiro passo para “desmontar a farsa que levou ao afastamento de Orlando do ministério”.

Inácio afirmou que, durante o processo, Orlando Silva mostrou empenho em comprovar sua inocência e a

forma transparente com que conduziu o ministério.

Em sua avaliação, o ex-ministro foi alvo de “manipulação” por uma “parte preconceituosa da mídia”.

— Orlando mostra sua firmeza em demonstrar sua inocência e o caráter manipulador de uma parte da mídia brasileira, uma parte preconceituosa, que insuflou um país inteiro contra uma liderança juvenil, negra e socialista.

Após uma série de denúncias de irregularidades no Ministério do Esporte, Orlando Silva foi substituído pela presidente Dilma Rousseff, em outubro, por Aldo Rebelo, também do PCdoB.

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 18h20 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Voto aberto

14h Constam da pauta três propostas de emenda à Constituição que estabelecem o voto aberto em processos de cassação de mandato.

RESIDÊNCIA: Ordem do dia

16h O senador José Sarney preside a ordem do dia da sessão plenária.

CAS: Cirurgia plástica reparadora

9h O projeto que trata da técnica de reconstrução imediata da mama por meio de cirurgia plástica reparadora e a proposta sobre informatização dos serviços de saúde constam da pauta da Comissão de Assuntos Sociais.

CCT: Informações de produtos na internet

9h A Comissão de Ciência e Tecnologia analisa projeto que obriga o fornecedor a dar informações precisas na página da empresa na internet, bem como na embalagem do produto ou em qualquer publicidade. Também está na pauta proposta que trata dos crimes de constrangimento e de ameaça por meio das redes sociais.

CE: Cotas para clubes de futebol

9h30 Debate sobre cotas de patrocínio aos clubes de futebol que participam do Campeonato Brasileiro terá a participação, entre outros, do presidente da Liga dos Clubes de Futebol do Nordeste, Eduardo Serrano da Rocha.

CAE: Sabatinas para Cade e Banco Central

10h Comissão sabatina Ana de Oliveira Frazão e Eduardo Pontual Ribeiro, indicados para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Em seguida, sabatina Luiz Edson Feltrim para exercer o cargo de diretor do Banco Central.

CCJ: Coligações eleitorais e indicação para o CNJ

10h Na pauta da comissão, proposta de emenda à Constituição que permite coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias. Às 14h30, sabatina do ministro Francisco Cândido de Melo Falcão, indicado para o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2012–2014.

CPI DO CACHOEIRA: Depoimento de Agnelo Queiroz

10h15 Comissão parlamentar mista de inquérito que investiga as relações do contraventor Carlinhos Cachoeira com agentes públicos e privados ouve o depoimento do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz.

AVIAÇÃO CIVIL: Indústria nacional de aeronaves

14h A Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, realiza audiência para discutir políticas públicas para a indústria nacional de aeronaves. O gerente da Embraer Luis Fernando Vicente Lopes é um dos convidados para o debate.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Sarney (C) preside a reunião de líderes que definiu ontem as prioridades de votações do Senado até o fim do semestre

Ana Amélia e Requião defendem exceções

Ana Amélia (PP-RS) apoiou ontem o fim do voto secreto nas decisões sobre cassação de mandato.

A senadora citou comentários de eleitores na internet pedindo o fim do sigilo nesse caso, mas manifestou preocupação em deixar algumas votações ainda secretas.

Roberto Requião (PMDB-PR) concordou, citando o episódio de 8 de março, quando a

indicação de Bernardo Figueiredo para a Agência Nacional de Transportes Terrestres



Senadora defende fim do sigilo nas decisões sobre perda de mandato

foi aceita pela Comissão de Constituição e Justiça em voto aberto por 36 a 30 e, logo depois, rejeitado no Plenário por 36 votos secretos.

— No voto aberto ninguém ousou contestar uma indicação da presidente da República — sustentou Requião.

João Capiberibe (PSB-AP) e Paulo Davim (PV-RN) disseram ter certeza de que o Plenário votará pela transparência.

Demóstenes: votação pode acontecer segunda-feira

A votação do processo contra Demóstenes Torres (sem partido-GO) no Conselho de Ética por quebra de decoro pode acontecer nesta segunda-feira, logo após a leitura do relatório de Humberto Costa (PT-PE). A leitura foi agendada ontem pelo presidente do conselho, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Foi aberto prazo de três dias úteis para as alegações finais da defesa, e os advogados de Demóstenes poderão se manifestar até sexta-feira. Caso seja aprovado, o relatório seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça, que fará parecer sobre a legalidade do processo

disciplinar, e só depois seguirá para o Plenário.

— Acredito que vai ser votado até o final do recesso parlamentar — avaliou.

Os advogados de Demóstenes apresentaram novo requerimento pedindo perícia

dos áudios citados no relatório inicial. O pedido foi rejeitado, mas recebeu apoio Jayme Campos (DEM-MT) e Romero Jucá (PMDB-RR). Valadares afirmou que tudo está sendo feito em obediência aos trâmites legais.



Jayme Campos ouve o presidente do Conselho de Ética, Antonio Carlos Valadares



Senadores assistem ao depoimento do governador de Goiás, Marconi Perillo; na bancada, Marconi responde ao deputado Odair Cunha, ao lado do deputado Paulo Teixeira e do senador Vital do Rêgo

Em CPI, Marconi nega relação com Cachoeira

Em mais de oito horas de depoimento, governador de Goiás disse que grupo do contraventor não tem influência sobre sua gestão e que venda de casa foi feita com boa-fé

NUM DEPOIMENTO DE mais de oito horas à CPI mista que investiga as atividades do contraventor Carlinhos Cachoeira, o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), negou ter relação de proximidade com ele, disse nunca ter tido contato com o ex-dono da construtora Delta, Fernando Cavendish, e informou ter vendido “de forma legal e de boa-fé” a casa onde Cachoeira foi preso pela Polícia Federal.

Marconi disse que está sendo vítima de uma “grande injustiça, originada em ataques odiosos e sem limites”. Ele ressaltou que foi à comissão de forma voluntária, mas recusou o pedido do relator da CPI, deputado Odair Cunha (PT-MG), para abrir por vontade própria seus sigilos telefônico, bancário e fiscal.

Cachoeira

O governador de Goiás disse que, em três anos de investigação e 30 mil horas de gravações, não há telefonema entre ele e Cachoeira.

— Se fôssemos próximos, ele teria acesso a meus telefones particulares e aos do meu gabinete. A própria investigação faz prova a meu favor.

O governador disse que não pode ser responsabilizado por diálogos de terceiros. No entanto, admitiu ter uma vez ligado para Cachoeira.

— Estava na casa de um amigo quando um dos presentes disse que era aniversário e perguntou se eu não queria falar

com ele. Estava ligando para um empresário da indústria farmacêutica, não para um contraventor.

Delta

Marconi disse que a Delta não foi beneficiada pelo governo de Goiás. Afirmou que a empresa detém apenas 4% dos contratos do governo. Num universo de mais de R\$ 1 bilhão, a Delta tem R\$ 51 milhões. De 2008 a 2012, participou de 140 licitações e assinou 19 contratos.

— Não há influência, sobrepreço, esquema com empreiteiro, propina. Desafio uma auditoria em meu governo.

Demóstenes

Sobre o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO), Marconi admitiu que estimulou a candidatura dele à Prefeitura de Goiânia e que chegou a aceitar indicações de contratação feitas por ele.

— Todos queriam o apoio do senador. Ele foi paparicado por empresários, pela sociedade goiana e por políticos locais. Ele me apoiou na campanha do primeiro ao último dia.

Casa

O governador, que vendeu para o ex-vereador goiano Wladimir Garcez a casa onde Cachoeira foi preso, disse que nunca se preocupou em saber a origem dos recursos usados por Garcez. O ex-vereador é apontado pela polícia como operador do esquema de Cachoeira.

— Quando a casa foi colocada à venda em anúncios de jornal, Wladimir entrou em contato. Acertamos o valor de R\$ 1,4 milhão, em três parcelas. Todos os cheques foram depositados e compensados, na mais absoluta prova de boa-fé — disse.

O governador afirmou não acreditar que Garcez tenha sido “laranja” na negociação.

Garcez e Cavendish

Marconi disse que conhece

Garcez há mais de 20 anos do meio político e disse que mantinha apenas encontros esporádicos por serem companheiros de partido.

O governador admitiu que Garcez levava pleitos da Delta Centro-Oeste ao governo, “mas nunca pediu nada em nome de Cachoeira.

Disse ainda que não conhece e nunca conversou com Cavendish. Afirmou que já esteve com Cláudio Abreu

(ex-diretor da Delta Centro-Oeste) uma vez, na casa de Demóstenes, e uma ou duas vezes durante a campanha.

Caça-níqueis

O governador disse que, desde que os jogos de bingo e caça-níqueis foram proibidos, passaram a ser combatidos em Goiás.

— Há gravações de Cachoeira reclamando do duro combate policial ao jogo ilegal.

Tucanos elogiam; relator, do PT, vê problema

O depoimento do governador de Goiás dividiu os integrantes da CPI. Apesar de ter a firmeza elogiada até mesmo por parlamentares ligados ao governo, Marconi Perillo não convenceu integrantes do PSOL nem o relator da CPI, deputado Odair Cunha, especialmente em relação à venda da casa na qual Cachoeira foi preso pela Polícia Federal.

— O que nós temos, na verdade, são versões distintas. Eu quero crer que outros meios de prova vão nos mostrar efetivamente quem está dizendo a verdade: se é o governador Perillo ou se é a investigação da Polícia Federal que aponta o senhor Carlos Cachoeira como adquirente dessa casa e por que o governador escondeu essa informação. Aqui há o

benefício da dúvida, mas sem conclusões precipitadas.

À CPI, Marconi disse que nunca se preocupou em saber a origem dos recursos pagos pelo comprador, o ex-vereador Wladimir Garcez.

Para o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), a CPI poderia ter exigido mais do governador. Ele afirmou que há “um jogo de cartas marcadas, combinado”:

— O governador apresentou uma argumentação firme, contundente, mas contraditória.

Os deputados Miro Teixeira (PDT-RJ) e Silvio Costa (PTB-PE) também se disseram insatisfeitos com as explicações sobre a venda da casa. Para Costa, no entanto, esse foi o único ponto negativo do depoimento. Ele se disse envergonhado com a “falta

de preparo” dos parlamentares para fazer perguntas. Afirmou que, por isso, o governador “saiu maior” do depoimento.

Companheiros de partido de Marconi, o deputado Fernando Francischini (PSDB-PR) e os senadores Mário Couto (PSDB-PA) e Alvaro Dias (PSDB-PR) elogiaram o depoimento. Os senadores lembraram o fato de Marconi ter se oferecido para depor e elogiaram a calma do governador.

O senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) afirmou que saíram perdendo os que esperavam transformar a CPI em uma guerra política.

— O que se queria, na tentativa de se politizar este espaço de investigação, de atingir o governador, não se alcançou.

Collor apresenta 6 representações contra Gurgel

Fernando Collor (PTB-AL) protocolou seis representações contra o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e sua mulher, a subprocuradora Cláudia Sampaio. Entre as acusações do parlamentar, estão prevaricação, improbidade administrativa e crime de responsabilidade.

Segundo o senador, Gurgel concentra nas mãos da subprocuradora todos os processos

que envolvem pessoas com prerrogativa de foro. O objetivo seria usá-los como moeda de troca com os investigados.

— Isso é absolutamente estranho. Os outros procuradores todos, quando recebiam o processo, faziam a distribuição aleatoriamente, mas ele não.

Collor havia defendido a convocação de Gurgel à CPI para cobrar explicações sobre a atuação da Procuradoria-Geral da

República (PGR) nos inquéritos das operações Vegas e Monte Carlos, da Polícia Federal. Os autos da Operação Vegas foram enviados à PGR por envolver pessoas com foro privilegiado, mas as investigações foram suspensas.

Na explicação que enviou por escrito à CPI, Gurgel informou que não havia, à época, fato relevante que motivasse a abertura de inquérito no Supremo.

As ações contra o procurador

DESAVORECIDO	TIPIFICAÇÃO	APRESENTAÇÃO
Roberto Gurgel (Procurador-geral da República) e Cláudia S. Marques (Subprocuradora-geral da República)	Crime de prevaricação	Ministério Público da União (MPU)
	Ato de improbidade administrativa	Corregedoria do Ministério Público da União (MPU)
	Ilícito administrativo	Corregedoria do CNMP
	Procedimento de controle de ato administrativo	CNMP
Roberto Gurgel	Representação por inércia ou por excesso de prazo	CNMP
	Crime de responsabilidade	Senado

OBS.: Iniciativa/autoria — para todos os casos, qualquer cidadão é parte legítima para integrar o polo ativo da demanda.



Bauer (E) lê relatório favorável à proposta de Cristovam (2º à esq.) na CE, presidida por Requião (D)

Proposta eleva controle sobre projeto que capta verbas pela Lei Rouanet

Matéria, que passou ontem na Comissão de Educação, afeta projeto cultural que captou recursos de renúncia fiscal, mas não passou pela avaliação final do Ministério da Cultura

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem um projeto de lei que torna obrigatória a publicação de dados sobre projetos culturais que captaram recursos de renúncia fiscal, mas não passaram pela avaliação final do Ministério da Cultura.

O projeto agora será votado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Se aprovado e não houver recurso para exame pelo Plenário, irá para a Câmara dos Deputados.

O projeto em questão (PLS 22/12) é de Alvaro Dias (PSDB-PR).

O senador alertou para a urgência de se aperfeiçoar a fiscalização de projetos culturais custeados com verbas públicas. Segundo ele, o Tribunal de Contas da União (TCU) constatou irregularidades no acompanhamento e na prestação de contas de iniciativas financiadas pela Lei Rouanet.

— É forçoso reconhecer, com o Tribunal de Contas da União, que a não apreciação de prestações de contas compromete sobremaneira essa política. Se não sabemos se estão

sendo adequadamente empregados os recursos, como poderemos, ano a ano, renovar o aporte de recursos tributários, do Imposto de Renda, para a cultura? — questionou Cristovam Buarque (PDT-DF), relator substituto da proposta.

A principal inovação do PLS 22/12, ressaltada no parecer, é a obrigatoriedade de publicação da relação completa dos projetos cuja execução já tenha sido concluída sem avaliação final do Ministério da Cultura.

A proposta determina ainda a especificação do nome do projeto, do responsável por sua execução, do número de registro no Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), da data de conclusão, dos recursos captados e da justificativa para a não realização da avaliação final dentro do prazo.

Esses dados deverão ser publicados mensalmente no *Diário Oficial da União* e no *site* do Ministério da Cultura. Com isso, comporiam um “portal da transparência” na área de incentivo à cultura, permitindo a fiscalização pela sociedade.

Comissão aprova trocar nome da Ala Filinto Müller, no Senado; nova denominação depende de projeto

Um acordo fechado entre os integrantes da Comissão de Educação, Cultura e Esporte permitiu a aprovação do voto em separado de Inácio Arruda (PCdoB-CE) ao projeto que possibilita mudar o nome da Ala Senador Filinto

Müller (PRS 36/11).

A proposta original, de Ana Rita (PT-ES), pretendia alterar o nome dessa ala de gabinetes para Ala Senador Luiz Carlos Prestes.

Apesar de reconhecer Prestes como “figura política de relevo”, o relator, Benedito de Lira (PP-AL), recomendou a rejeição do projeto, com o argumento de que poderia abrir precedentes para mudanças em outras dependências do Senado.

O resgate do PRS 36/11 foi possível porque Inácio Arruda propôs retirar o nome de Filinto Müller dessa ala sem definir de imediato sua nova denominação. Isso seria tratado posteriormente, em outro projeto.

Prestes foi líder da Intentona Comunista. Müller foi chefe da polícia do Distrito Federal entre 1933 e 1942, liderando a repressão a comunistas e integralistas no país.

O projeto vai agora para análise pela Comissão Diretora do Senado.



Inácio Arruda e Ana Rita se abraçam: ela redigiu o projeto original; ele, o voto em separado

Paim e Jucá dizem que Brasil precisa lutar contra o trabalho infantil

O Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, celebrado ontem, foi tema de discursos no Plenário do Senado.

Paulo Paim (PT-RS) lembrou que, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), todo trabalho infantil deve ser combatido.

No entanto, segundo o senador, há algumas atividades que a OIT classifica como as piores formas de trabalho infantil: práticas análogas à de escravidão, servidão por dívidas, uso em conflitos armados, exploração sexual, uso de criança no tráfico de drogas e trabalhos que possam causar prejuízos à saúde ou à segurança da criança.

— Nosso país avançou nos últimos dez anos. Mas ainda temos muito a fazer — disse Paim.

De acordo com o senador, há 5 milhões de menores de idade que ainda estão em situação de trabalho infantil no país.

Paim destacou a importância da educação para “ajudar a pavimentar um futuro mais digno para as crianças” e elogiou o Ministério da Justiça pelas campanhas contra o trabalho infantil.

Ainda segundo Paim, o fato de o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil ser lembrado no mesmo dia em que é comemorado o Dia dos Namorados é uma “feliz coincidência”, já que as duas datas têm a ver com “carinho e amor”.

Romero Jucá (PMDB-RR) também abordou o tema. O senador ressaltou a importância da luta contra essa prática não só no Brasil, mas em todo o planeta.

— Um dia que deve ser debatido em todo o país, que deve ser discutido pela sociedade. Dar condições para que as crianças e os jovens possam ter uma infância e uma adolescência em condições de ter sua formação adequada é algo extremamente importante para o futuro.

Na opinião de Jucá, o Brasil tem programas e ações que podem ser considerados exemplos, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), que atende a crianças com um segundo expediente escolar, acompanhando o desempenho delas e complementando a renda de suas famílias com “uma pequena bolsa”.



Paim: 5 milhões de crianças trabalham no país



Jucá: programa do governo federal é exemplar

Marta: sociedade avançou, mas alguns setores ainda discriminam os gays

Marta Suplicy (PT-SP) afirmou que, 16 anos depois de sua criação, a Parada Gay de São Paulo ainda tem como tema principal a criminalização da homofobia. O evento ocorreu no último final de semana.

Segundo a senadora, a parada surgiu em 1996 como forma de protestar contra a morte de homossexuais por *skinheads*.

— Vemos que pouco se andou. A sociedade civil caminhou, mas alguns setores ainda têm o preconceito.

No mesmo pronunciamento, a senadora defendeu um planejamento

conjunto e de longo prazo para o transporte metropolitano. Ela lembrou que no Brasil há 39 regiões metropolitanas, que englobam 482 municípios, onde vivem 106 milhões de pessoas (58% da população).

Marta citou o exemplo da região metropolitana da maior cidade do país, São Paulo, que engloba 38 municípios. De acordo com a parlamentar, é difícil o diálogo entre todos esses entes federativos, o que prejudica a implantação de tarifas únicas e a circulação de ônibus intermunicipais.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Wellington avalia positivamente ações para a erradicação da miséria no país

Wellington Dias (PT-PI) avaliou as ações do governo para a erradicação da miséria. Ele elogiou a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, e a os programas Brasil sem Miséria e Brasil Carinhoso.

O senador explicou que o governo trabalha com uma ação chamada Busca Ativa, para organizar a rede de programas de proteção às famílias pobres que não são atendidas pelos programas sociais tradicionais. Até 2014, o governo quer alcançar 800 mil famílias nessa situação.

Boa parte dessas famílias é de parcelas específicas da população: indígenas, quilombolas, agricultores familiares, assentados, entre outras.

— Não é demais lembrar que começamos em 2003 com R\$ 570 milhões para atender as famílias nessa rede de proteção que foi crescendo e hoje conta com R\$ 20 bilhões — disse.

Wellington citou como projetos bem-sucedidos os programas Luz para Todos, Água para Todos, Bolsa Verde, Bolsa Estiagem, Pronatec e Minha Casa, Minha Vida.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Projeto aprovado ontem em comissão do Senado destina à educação básica 80% dos recursos da exploração de petróleo obtidos pelo governo e 20% à inovação tecnológica

Recursos do petróleo para a educação básica

AS AÇÕES PÚBLICAS em educação básica e para o desenvolvimento tecnológico devem ser as únicas diretamente beneficiadas com os recursos da exploração de gás natural e petróleo, segundo projeto aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A matéria trata do uso dos recursos dos *royalties* e da participação especial obtidos na exploração do petróleo, inclusive na camada pré-sal.

Cristina Gallo/ Agência Senado



Em protesto em frente ao Congresso realizado dois anos atrás, estudantes pediram investimento, na educação pública, de 50% dos recursos provenientes do pré-sal

O projeto (PLS 594/11) de Cristovam Buarque (PDT-DF) e subscrito por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) adota solução mais radical na comparação com propostas que passaram antes pela comissão, nas quais há o compartilhamento dos recursos com outros setores como saúde e Previdência Social.

Pela proposta, 80% dos recursos vão financiar a educação básica e 20% irão para projetos de inovação em tecnologia. O dinheiro arrecadado deverá compor o Fundo do Petróleo para Formação de Poupança, Desenvolvimento da Educação Básica e Inovação (Funpei).

— Do ponto de vista social, poderíamos ter muitos outros usos. A favor dos aposentados, como eu serei em algum momento, seria possível. Usar na saúde também seria correto. Mas esses gastos se esgotam no presente — disse Cristovam, ao defender áreas que julga serem capazes de gerar riquezas no futuro.

O senador lembrou que a ideia de criar um fundo atrelando os recursos a áreas prioritárias já está presente em outros projetos, mas observou que sua proposta difere na radicalidade da atenção ao setor educacional. Sem isso, afirmou, os recursos do pré-sal podem ser “queimados”.

Cristovam disse que esse desperdício aconteceu na Venezuela, na Arábia Saudita

e em outros países do Oriente Médio até pouco tempo atrás. Ele comemorou o fato de o Brasil estar apenas iniciando a exploração do pré-sal.

— Felizmente o dinheiro não veio ainda, senão estaríamos colocando ar-condicionado nos estádios da Copa.

Autonomia escolar

O projeto destina recursos dos *royalties* do petróleo não somente para que prefeituras e governos estaduais apliquem em suas redes de ensino, mas também diretamente para escolas e colégios, fortalecendo a autonomia escolar, como destacou o relator, Paulo Bauer (PSDB-SC), em voto favorável à matéria.

Além disso, segundo Bauer, a proposta traz a novidade de vincular parte da verba ao desempenho dos alunos, por meio de indicadores apropriados, revelando preocupação com a melhoria do ensino.

Pelo texto, os recursos para a educação básica serão distribuídos do seguinte modo: 40% para as redes de ensino na proporção do número de alunos; 20% também para as redes, mas em razão do desempenho dos estudantes nas avaliações nacionais; mais 20% para as redes, dependendo da evolução dos alunos nessas avaliações; e 20% diretamente para as escolas, observando-se a evolução do rendimento escolar.

Produtores não perderão recursos, garante relator

O projeto de Cristovam Buarque envolve recursos decorrentes da exploração de petróleo e gás, por meio da extração sob os regimes de partilha e de concessão. Porém, como destacado pelo relator, Paulo Bauer, não há quebra de contrato, pois são levadas em conta apenas áreas de exploração ainda não contratadas e sem qualquer perda de arrecadação para os atuais estados e municípios produtores.

Os ativos financeiros do Funpei deverão ser aplicados em títulos do Tesouro Nacional, com possibilidade de até 20% serem empregados em títulos privados com perfil de risco e rentabilidade igual ou superior aos títulos do Tesouro. Deverá ser criado um comitê para administrar o fundo, com participação dos ministros da Fazenda, do Planejamento, da Educação e da Ciência e Tecnologia.

Os recursos destinados à educação derivados do fundo serão complementares aos mínimos obrigatórios determinados pela Constituição, não podendo substituí-los. Além disso, não poderão ser contingenciados pelo governo para a geração de superávit depois de inseridos e aprovados no Orçamento da União.

Riqueza gera saber

Pela proposta, recursos do petróleo serão concentrados em duas áreas:

- 80% para educação básica*
- 20% para inovação tecnológica

Na educação básica, dinheiro será distribuído pelos seguintes critérios:

- 40% para as redes de ensino, na proporção do número de alunos
- 20% também para as redes, em razão do desempenho dos alunos nas avaliações nacionais
- 20% para as redes, de acordo com a evolução dos alunos nas avaliações nacionais
- 20% diretamente para as escolas, em função da evolução do rendimento

*Educação infantil e ensinos fundamental e médio, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96)

Até o limite de 20%, os recursos do Funpei também poderão ser empregados em fundo soberano formado com ativos no exterior, como parte de política complementar de redução de volatilidade de preços macroeconômicos, a exemplo do câmbio.

Apoios

Inácio Arruda (PCdoB-CE), ele próprio autor de projeto sugerindo usos para os recursos do pré-sal, destacou a oportunidade que o país está tendo de decidir a favor do aproveitamento dessas receitas para a educação,

sem a necessidade de criar impostos.

O presidente da CE, Roberto Requião (PMDB-PR), defendeu o exame da proposta a despeito da dúvida levantada por Ana Rita (PT-ES) sobre a constitucionalidade de projetos de lei para tratar da criação de fundos. Ela disse ter sido alertada de que o caso requer uma proposta de emenda constitucional (PEC).

Outros senadores disseram que a questão legislativa eventualmente surge, mas não vem impedindo a apresentação de projetos de lei para instituir fundos. Paulo Paim (PT-RS) observou que, na dúvida, propôs uma PEC para criar fundo destinado a financiar o ensino técnico-profissionalizante. A proposta já está no Plenário.

— A vantagem é que as PECs não podem receber vetos — destacou Paim.

O exame da constitucionalidade do projeto de Cristovam será feito pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde a matéria irá tramitar agora. O texto ainda será examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, para decisão terminativa, pela de Serviços de Infraestrutura (CI).

Bauer aponta ação arbitrária da Receita na autuação de faculdades

Paulo Bauer (PSDB-SC) disse ontem que instituições de ensino superior de Santa Catarina enfrentam graves problemas fiscais decorrentes de autuações indevidas da Receita. Ele pediu que o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Delcídio do Amaral (PT-MS), coloque em votação o Projeto de Lei do Senado 206/10, que extingue dívida gerada pela retenção de impostos de renda.

Segundo o senador, a Constituição determina que o Imposto de Renda de funcionários de instituição

beneficente retido na fonte volte na forma de investimento, aprovado pelos municípios. Mas, segundo Bauer, nos últimos anos, as instituições de ensino superior de Santa Catarina foram multadas em cerca de R\$ 1 bilhão por praticar uma atividade prevista na Constituição.

O senador ressaltou que as 17 instituições de ensino superior do estado atendem e oferecem ensino de alta qualidade para mais de 130 mil alunos, empregando 9 mil professores, mestres e doutores.

Inácio diz que corte nos juros pode recuperar investimentos do governo

Inácio Arruda (PCdoB-CE) elogiou ontem a redução da taxa básica de juros pelo governo. Para ele, combinada com a questão cambial, a medida livrará o país de compilar “megasuperávits primários” anuais para pagamento dos juros da dívida. Segundo o senador, somente este ano os juros irão consumir R\$ 250 bilhões.

O parlamentar afirmou que a destinação de somas vultosas para o pagar juros dificulta ao governo conduzir o crescimento econômico. Na opinião de Inácio, a situação enfraquece os

investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Juventude socialista

O senador também comunicou sua participação no 16º Congresso Nacional da União da Juventude Socialista (UJS). Ele disse que os jovens discutiram, principalmente, o financiamento da educação, com a meta de se investir o equivalente a 10% do produto interno bruto (PIB) na área, e a destinação de 50% dos recursos do pré-sal para o setor.



Márcio Kallme/Agência Senado

Paim, Cláudio Bier, Osmar Terra e Newton Marques: exportações gaúchas para a Argentina caíram 10% em quatro meses

Empresários cobram ação contra barreira argentina

Na Comissão de Direitos Humanos, indústrias do Rio Grande do Sul criticaram a postura do governo em relação às restrições adotadas pela Argentina para a entrada de produtos brasileiros naquele país

REPRESENTANTES DE INDÚSTRIAS do Rio Grande do Sul cobraram uma posição mais firme do governo federal contra barreiras impostas pela Argentina a produtos brasileiros.

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), empresários relataram prejuízos e explicaram que as relações comerciais se agravaram quando o governo de Cristina Kirchner impôs novas exigências para importação de bens de consumo e adotou como regra que cada dólar importado corresponda à exportação de mesmo valor. O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), informou que, nos primeiros quatro meses deste ano, as exportações do Rio Grande do Sul para a Argentina registraram queda de 10%, com déficit em 36 dos 62 setores de exportação.

Na opinião de Cláudio

Amoretti Bier, vice-presidente do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul (Ciergs), o governo brasileiro tem sido fraco nas represálias.

— O bloqueio argentino tem impedido a entrada de máquinas agrícolas já negociadas, muitas aguardando liberação há mais de um ano — disse.

Segundo Marcos Oderich, diretor comercial de uma indústria de conservas, o Brasil vive em estado de insegurança e prejuízos porque a Argentina não segue as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a cada momento impõe uma nova prática. “Não temos moeda de troca”, disse.

Os problemas também afetam os setores de carne suína, móveis e calçados, disse o deputado Osmar Terra (PMDB-RS).

— Muitas indústrias acreditaram no Mercosul e se

instalaram no Rio Grande do Sul. Agora, para garantir mercado, estão sendo constrangidas a instalar novas plantas na Argentina — afirmou.

Na avaliação do professor Newton da Silva Marques, da Universidade de Brasília (UnB), as medidas tomadas unilateralmente pela Argentina podem inviabilizar o Mercosul. O economista José Ricardo da Costa e Silva também criticou a estratégia argentina, a qual, segundo ele, terá graves efeitos negativos no longo prazo.

Para Ana Amélia (PP-RS), foi um erro não se ter mantido o princípio de produzir internamente e vender “com o selo do Mercosul” para outros mercados. Houve uma inversão e os países do bloco passaram a ser concorrentes. A senadora sugeriu que o Brasil imponha à Argentina barreiras ambientais.

Texto prevê farmacêutico em postos do SUS

Unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) que tenham farmácias ou dispensários de remédios podem ser obrigadas a ter um farmacêutico. A medida consta de um projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Ao justificar o projeto (PLS 62/11), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) explica que a medida visa assegurar o uso racional de medicamentos. Ela observa que, sem farmacêutico, “o manuseio e a

dispensação de medicamentos é feita por profissionais que não têm competência para o exercício da função”.

Em seu voto favorável, a relatora, Ana Amélia (PP-RS), afirmou:

— Da mesma forma que não se considera razoável transferir para outra categoria profissional a responsabilidade do médico de realizar o diagnóstico clínico e prescrever o tratamento adequado, também não é razoável permitir que

outro profissional assumira a responsabilidade pela realização das atividades de assistência farmacêutica no SUS.

Ana Amélia apresentou substitutivo para que a exigência seja inserida na Lei Orgânica do SUS, e não na Lei 5.991/73, que regulamenta a assistência farmacêutica na iniciativa privada, como previsto no projeto.

Como foi aprovado na forma de substitutivo, passará por votação em turno suplementar. Depois, irá para a Câmara.

Comissão aprova indicação de juízes trabalhistas para ministros do TST

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, com 13 votos favoráveis e nenhum contrário, as indicações de Hugo Carlos Scheuermann e Alexandre de Souza Agra Belmonte para cargos de ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Ambos vão ocupar vagas reservadas a juízes trabalhistas, decorrentes da aposentadoria de Rosa Maria Weber Candiota, atual ministra do STF, e de Milton de Moura França.

Scheuermann nasceu em Três Passos (RS) e é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Em 1989 foi empossado juiz do Trabalho substituto do Tribunal Regional da 4ª Região. Em 1991, foi promovido a juiz

do Trabalho titular. Em janeiro de 2003, tomou posse como desembargador do TRT da 4ª Região. Em sua sabatina, disse que “os tempos atuais exigem que os juízes estejam sempre se atualizando em relação ao conhecimento jurídico e manajem novos instrumentos de prestação jurisdicional, como o processo eletrônico”.

O relator da indicação, Pedro Simon (PMDB-RS), manifestou alegria pelo fato de Scheuermann ter chegado ao TST “com dignidade, força e trabalho e não pelo nome da família, pelo dinheiro ou pelo poder”.

Justiça social

Doutor em Justiça e Sociedade, e mestre em Direito das Relações Sociais, Belmonte

nasceu no Rio de Janeiro e graduou-se, em 1981, como bacharel em Direito. Atuou como advogado cível e trabalhista de 1981 a 1993, quando passou no concurso para juiz do Trabalho. Em 2004, assumiu como desembargador do TRT da 1ª Região.

Ele disse que pretende atuar no TST para “concretizar a Constituição na busca da justiça social, estimulando a livre iniciativa nos limites da dignidade da pessoa humana do trabalhador, dos valores sociais do trabalho e do meio

ambiente em que ele atua”.

Belmonte afirmou que as decisões judiciais em atraso são “inadmissíveis e desumanas”, além de causarem prejuízo econômico e social.

— A falta de um código de processo do trabalho faz com que cada vara trabalhista aplique a execução à sua maneira. Nós não temos, apesar do esforço do TST, um procedimento uniforme. Não adianta o juiz dar uma decisão e ela não se efetivar e a forma dela se efetivar é pela execução — disse.

Belmonte ressaltou que as execuções demoram para ser feitas devido ao grande número de recursos.

A abreviação desse número daria um tramite mais rápido e enxuto para a execução, defendeu.

As indicações serão agora examinadas pelo Plenário do Senado, em regime de urgência.

Nomes de Scheuermann e de Belmonte serão agora examinados pelo Plenário, em urgência



Lia de Paula/Agência Senado

Scheuermann, senador Eunício Oliveira e Belmonte durante sessão da CCJ

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para o senador, medida recupera a economia

Blairo defende mais investimentos na infraestrutura do país

Blairo Maggi (PR-MT) defendeu ontem em Plenário o aumento dos investimentos públicos em infraestrutura, especialmente nos transportes rodoviário e ferroviário.

O senador disse que a construção de rodovias e ferrovias estimula de forma duradoura a atividade econômica — ao contrário, segundo ele, dos pacotes econômicos lançados pelo governo com redução de tributos e aumento do crédito para o setor de automóveis.

— Esse é o crescimento que nós temos que defender no Brasil. Não é o crescimento do consumo de automóvel, que vai acabar daqui a três meses. Não tem sustentação esse tipo de política — disse.

De acordo com Blairo, os R\$ 30 bilhões que o governo quer destinar à construção de trem-bala entre o Rio e Campinas (SP) dariam para construir 7.500 quilômetros de ferrovias ou 20 mil quilômetros de rodovias.

Eduardo Amorim pede redução nas alíquotas do Imposto de Renda

Em pronunciamento ontem, Eduardo Amorim (PSC-SE) classificou a carga de tributos no Brasil como “feroz, opressiva e perversa” e defendeu a redução das alíquotas do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).

O senador lembrou que, em 1998, a alíquota máxima do IRPF foi elevada de 25% para 27,5% como forma de combater uma crise temporária de arrecadação tributária. Mas “o que era para ser provisório virou definitivo”, disse.

— Muitos economistas, inclusive, defendem exatamente o contrário: a redução dos impostos contribui para o aumento da arrecadação na medida em que gera mais consumo.

Amorim citou artigo do pesquisador Adolfo Sachsida que destaca a perda de eficiência econômica em decorrência do peso dos impostos. Sachsida calcula uma perda de 3,86% no PIB a cada aumento de 1% na carga tributária.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Amorim: menos impostos, mais consumo

Tombini prevê inflação de 4,5% e recuo da inadimplência em 2012

Presidente do Banco Central participa de debate no Senado e destaca solidez da economia, apesar das preocupações dos parlamentares

O PRESIDENTE DO Banco Central, Alexandre Tombini, reiterou ontem no Senado sua expectativa de que a inflação caia para 4,5% em 2012, centro da meta estabelecida pela instituição. Ele também disse que a tendência em relação à inadimplência no crédito no Brasil é de estabilização e recuo a partir do segundo semestre deste ano.

Em debate na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ele disse que, se não fossem contabilizados os serviços, que tiveram alta de 7,5% em 12 meses, o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) estaria em 3,85%.

— Temos sólidos fundamentos macroeconômicos e uma política monetária que vem trazendo a inflação a seu objetivo. O sistema financeiro nacional tem elevados níveis de liquidez. A expansão de crédito segue em condições mais favoráveis de taxas e inadimplência. A atividade econômica se acelera em 2012 e a inflação continua em processo de convergência em direção à meta de 4,5% — afirmou.

Apesar das explicações de Tombini, vários senadores se mostraram

preocupados com os movimentos do governo na área econômica. Ana Amélia (PP-RS), por exemplo, criticou as taxas de juros cobradas no setor agrícola, no momento em que se prepara o Plano Safra 2012/2013.

Valdir Raupp (PMDB-RO) mencionou números da pesquisa Focus, feita no mercado financeiro, segundo os quais a inflação seria de 5% neste ano e de 5,3% em 2013.

A situação das contas externas foi o tema de Francisco Dornelles (PP-RJ). Números recentes, observou, indicam a obtenção de um superávit comercial menor do que o esperado e uma menor entrada de investimentos diretos.

Luiz Henrique (PMDB-SC) propôs que os estados possam redirecionar 30% do atual pagamento do serviço de suas dívidas a investimentos. Waldemir Moka (PMDB-MS) ressaltou o perigo de irregularidades cometidas por instituições como o Cruzeiro do Sul, sob intervenção do BC.

Wellington Dias (PT-PI) falou da necessidade de o Brasil manter uma taxa de câmbio “adequada para que alguns

Previsões do BC

Inflação vai convergir, em 2012, para o centro da meta: 4,5%

Inadimplência no mercado interno vai se estabilizar e começar a cair a partir do segundo semestre

Déficit público, que ficou em 2,6% do PIB em 2011 e caiu para 2,4% no resultado parcial de 2012 até abril, deve fechar abaixo de 2% em 2013

Superávit primário chegará a 3% do PIB em 2012

setores ganhem competitividade”.

Por último, Delcídio do Amaral (PT-MS), presidente da CAE, defendeu a realização de um debate sobre o tema da repatriação de recursos de cidadãos brasileiros que se encontram no exterior.



José Cruz/Agência Senado

“Política monetária vem trazendo a inflação a seu objetivo”, diz Tombini (2º à dir) na audiência pública da CAE, presidida por Delcídio do Amaral (D)

Segundo BC, déficit ficará abaixo de 2% do PIB em 2013

O déficit público nominal brasileiro — resultante da arrecadação menor do governo em relação a suas despesas, incluídos os juros — poderá ficar abaixo de 2% do produto interno bruto (PIB) em 2013, segundo estimativa feita por Alexandre Tombini na audiência pública da CAE. Ele citou a tendência de declínio do déficit como parte de um conjunto de medidas que têm ajudado o Brasil a enfrentar com sucesso a crise internacional.

— A conta de juros, que estava em 6% do PIB, vem caindo, e há projeções para 2012 de queda de quase dois pontos percentuais do PIB. Tivemos um déficit nominal de 2,6% do PIB em 2011. Até abril [de 2012], o déficit esteve em 2,4% do PIB, e podemos ter um déficit mais próximo de 1% para o ano [de 2013] — afirmou, em resposta a uma pergunta de Cristovam Buarque (PDT-DF) sobre a gerência da dívida.

O presidente do Banco Central informou que as reservas internacionais

brasileiras estão calculadas em US\$ 372 bilhões, equivalentes a pouco mais de 14% da economia do país. Ele considerou a quantia um “colchão de reserva importante”, embora de nível moderado quando comparada às reservas do Brics — grupo que inclui Rússia, Índia, China e África do Sul, além do Brasil. Na China, por exemplo, as reservas equivalem a 40% do PIB e na Índia, a 20%.

Ainda sobre a situação fiscal, Tombini previu a realização de um superávit primário — resultado positivo das contas do governo sem contar o pagamento dos juros da dívida — da ordem de 3% do PIB em 2012. Juntamente com o crescimento da economia, observou, o superávit tem permitido reduzir a relação entre a dívida líquida e o PIB, atualmente de 35,7%. A dívida bruta alcança 54% do PIB.

Segundo o presidente do BC, representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial

consideraram recentemente o sistema financeiro brasileiro estável e com “reservas consideráveis de liquidez”. Em 2011, relatou, o Brasil recebeu US\$ 67 bilhões em investimentos estrangeiros diretos, que cobriram o déficit brasileiro em conta corrente.

Crise global

Alexandre Tombini disse ainda que o cenário internacional continua caracterizado por mercados voláteis e pelo baixo crescimento da economia mundial. A atual previsão, segundo informou, é de crescimento de 2,3% da economia global em 2012.

Na zona do euro, as previsões são de contração de 0,35% em 2012 e crescimento de 1% em 2013. Nos Estados Unidos, crescimento em torno de 2% em 2012 e 2013. Na China, assinalou Tombini, espera-se um “pouso suave” para uma taxa de crescimento de 7,5%, ante os 14% conquistados nos últimos anos.

Ao reduzir a necessidade de papel, projeto aprovado ontem e que segue à sanção significará economia para as empresas e contribuirá para o meio ambiente, segundo o relator, Aloysio Nunes



No Plenário, senadores aprovam projeto apresentado na Câmara

Documentos eletrônicos valerão como os de papel

DOCUMENTOS DIGITALIZADOS TERÃO o mesmo valor jurídico dos originais em papel, segundo projeto aprovado ontem pelo Plenário do Senado que segue agora para sanção presidencial. O documento impresso poderá ser destruído antes de transcorridos os prazos prescricionais, sem perda de valor probatório.

Em parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 11/07, o relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), argumentou que o país poderá reduzir ainda mais a utilização do papel em favor das novas tecnologias, o que representa

um avanço para as empresas e para o meio ambiente.

— Serão raras as situações em que a manutenção de documentos em papel se fará necessária. A eliminação de toneladas de papel certamente se traduzirá em expressiva redução de custo para as empresas brasileiras e em benefícios para o meio ambiente — disse o senador.

De acordo com o projeto, a digitalização deverá “manter a integridade, a autenticidade e, se necessário, a confidencialidade do documento digital, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da

Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil)”.

Além disso, empresas ou órgãos públicos que utilizarem procedimentos de armazenamento de documentos em meio eletrônico, óptico ou equivalente deverão adotar sistema de indexação que possibilite a sua localização.

Aloysio destacou a utilização da ICP-Brasil, que já confere integridade e autenticidade para os documentos gerados e mantidos em meio eletrônico. Esse sistema permite, segundo ele, que a movimentação de processos na Justiça seja feita no formato digital.

Anibal Diniz espera que Rio+20 vá “além do discurso”

“A sustentabilidade do planeta é um dos maiores desafios da Humanidade em todos os tempos”, segundo Anibal Diniz (PT-AC). O senador disse esperar que na Conferência Rio+20, que começa hoje, os países apresentem propostas concretas para mudar o padrão de desenvolvimento e parar a deterioração do meio ambiente.

Anibal teme que a crise mundial, sobretudo na Europa e nos



Estados Unidos, tire o foco do enfrentamento das questões ambientais, mas ressaltou que o problema é urgente e exige ações objetivas, “ainda que impopulares”.

O senador comentou ainda os temores de que os temas da Rio+20 sejam muito genéricos.

— Mas temos esperança de que a conferência represente um momento de um processo político global de transformação — afirmou.

PRÓXIMA SEMANA NÃO TERÁ VOTAÇÕES EM PLENÁRIO

Durante a Rio+20, não haverá votações no Plenário. Por acordo das lideranças partidárias, as sessões de 18 a 22 de junho serão não deliberativas. Uma comissão externa de 24 senadores representará o Senado na conferência. O presidente da Casa, José Sarney, e o 1º secretário, Cícero Lucena, são esperados na abertura da Cúpula Mundial dos Legisladores, às 15h de sexta-feira. As comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura (CRA) realizarão audiência conjunta no Rio de Janeiro, às 10h do dia 20, no Pier Mauá. A Comissão Mista de Mudanças Climáticas fará dois debates durante a Rio+20: no dia 19, às 15h, sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima, e no dia 21, às 15h30, sobre cooperação amazônica.

Código Florestal ganha cronograma de análise

A comissão mista encarregada de analisar a Medida Provisória (MP) 571/12, que alterou o novo Código Florestal aprovou ontem o seu cronograma de trabalho. Segundo o calendário sugerido pelo relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), a comissão fará audiência dia 26, antes da divulgação das emendas, prevista para 4 de julho.

Luiz Henrique explicou que não aceitou pedido de inclusão de novos debatedores, além dos representantes do governo por ele sugeridos, porque o tema já foi debatido à exaustão no Congresso, com ampla participação da sociedade.

De acordo com a proposta

de audiência aprovada pela comissão, serão ouvidos apenas os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e das Cidades. Além deles, o advogado-geral da União e os presidentes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Agência Nacional de Águas (ANA).

Para os deputados Valdir Colatto (PMDB-SC), Abelardo Lupion (DEM-PR) e Jô Moraes (PCdoB-MG), que sugeriam outros convidados, ouvir somente membros do governo servirá apenas para justificar as alterações feitas pelo Palácio do Planalto na lei florestal.



O relator, Luiz Henrique (à frente, à dir.), anuncia o calendário da comissão

Davim defende vetos de Dilma ao texto da Câmara

Ao citar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que começa hoje no Rio de Janeiro, Paulo Davim (PV-RN)



criticou ontem o “capitalismo desenfreado” que tem colocado em risco ecossistemas nacionais e defendeu os vetos da presidente Dilma Rousseff ao projeto do Código Florestal conforme ele foi aprovado pela Câmara dos Deputados.

— Não há sentido tanto frenesi com a Rio+20 se os ainda riquíssimos ecossistemas nacionais estiverem no corredor da morte, condenados pela

ambição desmedida — disse.

Para o senador, o pensamento de desenvolvimento a qualquer custo foi repetido pela Câmara dos Deputados na

votação do código. Ele afirmou que os “defensores do desmatamento desenfreado sob a capa de ruralistas patrióticos dedicados à produção e aumento do PIB nacional” alteraram de forma “criminoso” o texto elaborado no Senado. Em sua avaliação, foram positivos os vetos aos dispositivos que explicitamente contrariavam a preservação do meio ambiente.

Casildo cobra reforços para a Defesa Civil

Seria ótimo “brindar a conclusão da Conferência Rio+20” com o envio ao Congresso do novo marco regulatório da Defesa Civil, “garantindo ao Brasil a segurança contra catástrofes climáticas, protegendo vidas e o meio ambiente”, disse Casildo Maldaner (PMDB-SC).

O senador lembrou que o compromisso foi assumido pelo governo em abril, quando foi aprovada a MP 547/11, que definiu a Política Nacional



de Defesa Civil, as diretrizes de ocupação de solo urbano e a criação de um sistema de prevenção de desastres.

— Mas ficou faltando um detalhe vital: a definição das fontes de recursos para execução dessas ações — observou.

Casildo acrescentou que os novos paradigmas da Defesa Civil, debatidos na semana passada no Rio de Janeiro, estão “mais voltados a ações de prevenção que de reconstrução”.

Capiberibe cita prêmio recebido na Itália

João Capiberibe (PSB-AP) relatou ontem viagem à Itália, na semana passada, para receber prêmio pela sua luta em defesa do meio ambiente e das populações tradicionais da Amazônia. O prêmio, dado pela organização Verde Ambiente e Sociedade, foi compartilhado com a deputada Janete Capiberibe (PSB-AP).

O senador mostrou-se surpreso com a reação das autoridades italianas à



Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor recentemente no Brasil.

— Ainda hoje a Itália não exige dos parlamentares nem mesmo as declarações de Imposto de Renda — afirmou.

Capiberibe disse ainda que a carga tributária do Brasil é tão pesada quanto a de alguns países, embora haja uma diferença enorme em infraestrutura em amparo social entre essas nações.